

OS LIVROS E AS MESAS: COMO A PALAVRA IMPRESSA CIRCULOU ENTRE PORTUGAL E AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Hevilton Wisnieski da Silva ¹

Cláudio Luiz DeNipoti ²

INTRODUÇÃO

Resumo: A existência em Portugal no século XVIII, do aparato censório montado por Carvalho e Melo, Secretário de Estado de José I a partir de 1750, produziu uma documentação que nos faz enxergar os limites da pretensão de se adotar medidas ilustradas presentes pela Europa no período. Tais limites não representaram, por outro lado, a inércia diante de sua implementação, realizando reformas e, ao mesmo tempo, conservando o poder na figura do rei e defendendo a moral e os costumes baseados no catolicismo ortodoxo que se pretendia. Esse não cumprimento se deu graças ao modo como se comportaram livreiros e mercadores de livros, leitores e autores, que diante das proibições, arriscaram seguir com seus livros, criando redes de circulação da palavra impressa na contramão da censura. Essa cadeia de relações existente no período, produziu representações e constituiu um espaço de conflitos e debates no interior dos aparelhos do Estado e nas próprias relações entre os livreiros, que enxergavam no negócio do livro, o lucro, se fossem proibidos, ainda maior. Isso não impediu autores de aproveitarem o espaço aberto no mercado para divulgarem as suas ideias, consideradas, muitas vezes, heterodoxas pela censura. Logicamente, anteriormente ao século XVIII, a censura existiu e muita dela se verá nesse contexto. Mas a forma que ela tomou no período em questão é um tempero a mais na história, pois representava interesses relativamente diferentes e se situava no momento em que a procura pelo livro aumentava e, portanto, a sua oferta se expandia.

É impossível negar que o livro sempre despertou interesses, não necessariamente intelectuais, mas também econômicos, comerciais, culturais, sociais e estéticos. O livro “é um fato social, isto é, objeto de escrita e leitura, mas também de venda, compra, colecionamento; motivo de censura, crítica, classificação; vítima de esquecimento ou algo retido pela memória coletiva” (SILVA, 1973, p. 441-457). O processo que vai da escrita ao leitor, é complexo e envolve relações de poder, e o sentido dado ao livro não está ligado somente à leitura, mas a toda a cadeia de eventos formada à sua volta.

A atenção, entretanto, será mantida sobre a circulação do livro, o que atualmente é difícil afirmar que tenha tanta importância como a leitura, pelo menos teoricamente, mas que envolve eventos, tais como a própria censura, a edição, o boicote, o esquecimento. O esquecimento está ligado ao conjunto de eventos que norteiam a trajetória do livro, pois em sociedades de caráter autoritário, sejam antigas ou modernas, a primeira etapa para se reconstruir uma história é fazer com que as pessoas se esqueçam da história que já havia sido escrita anteriormente.

Na sua célebre obra sobre cultura e imperialismo, Edward Said nota que “[o] poder de narrar, ou de bloquear a formação e a emergência de outras narrativas, é muito importante tanto para a cultura como para o imperialismo, e constitui uma das principais ligações entre ambos. (TAVARES, 1999, p.15)

Estar no centro do debate possibilita dar as coordenadas sociais para forjar uma cultura oficial, transpondo-o para uma fórmula como “o poder de narrar, ou de bloquear a formação e emergência de outras narrativas, é muito importante tanto para a memória, quanto para a censura e constitui uma das principais ligações entre ambas” (TAVARES,

1999, p.15). A *meta-memória*, “conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu” (CATROGA, 2001, p. 15), está relacionada justamente a construção da memória coletiva e histórica e através dela. A censura tem o objetivo de criar um passado a ser lembrado através do esquecimento.

Apesar de ser um imaginário na relação de forças nas sociedades criar uma hegemonia de ideias na memória coletiva, em muitos casos, dentro de limitações impostas pela resistência formada como produto da censura, se alcança a esperada releitura histórica mais ou menos aceita como uma “espécie de verdade”. O livro é o centro dessa disputa, e a sua circulação demonstra

1 Mestrando em História, cultura e identidades, Programa de Pós-Graduação em História- PPGH. Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG. heviltonwisnieski@gmail.com.

2 Orientador. Pós-Doutor pela USP, Doutor em História pela UFPR. Professor Associado do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História da UEPG.

o quanto depende de muitos fatores além da proibição e repressão para que se faça esquecer. “Como a consciência do eu se constrói em correlação com as camadas memoriais adquiridas tem de se ter presente que estas só se formam a partir de narrações contadas por outros, o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjetivo” (CATROGA, 2001, p. 18).

No século XVIII, durante o reinado de D. José I em Portugal, a censura dirigida por

Sebastião José de Carvalho e Melo, que veio a ser primeiramente Conde de Oeiras (1759), para depois se tornar o Marquês de Pombal (1770), seguia um regimento instituído em 1768

(O Termo “Censurar” não tinha, à altura, o significado que veio adquirindo nos últimos séculos. Para os censores da Real Mesa Censória e os seus coevos a palavra tinha uma amplitude semântica maior, sendo talvez identificada maioritariamente com “examinar”, ou “criticar”. A frase “um livro censurado”, que para um ouvinte actual evocará de forma quase unívoca, um livro “proibido” ou “expurgado” significaria então um livro examinado” ou apenas “um livro que passou pelas mãos de um censor”. BLUTEAU, 1712-1728).

Uma das características do regimento da Real Mesa Censória, foi a predominância da censura escrita e do esquecimento programado das obras em um lugar chamado de *Secreto do Tribunal*. As tradicionais cerimônias de queima de livros foram realizadas raras vezes nesse período. Isso pode ser explicado pela atenção que seria chamada a uma obra penalizada em público, que despertaria maior procura pelos leitores. Nesse caso, uma obra só era proibida ou penalizada ao fogo em público normalmente quando já estava resolvido o problema de sua circulação ilegal.

A sua exposição era uma “comemoração”, “co-memorar o que leva a que a memória deva ser dita na linguagem pública, coletiva e instituinte do rito”. O interesse em questão é a validação do que já tinha-se conseguido *a priori* e estava sendo transmitido ao público naquele momento, com a intenção de se criar um símbolo de poder, um aviso a quem ousasse contrariar a proibição que o rito simbólico proclamava.

É impossível a história do livro, sem pensar nas etapas que vão desde a edição até a circulação e desde o desejo até a posse. “Uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os

hábitos desaparecidos” (CHARTIER, 1991, p. 181). Os requerimentos que eram escritos *suplicando*, a liberação de livros retidos nas alfândegas ou a licença para circular pelo império com certos livros de posse própria ou a serem transportados para alguém que os esperava do outro lado do Oceano Atlântico, questionados e transformados em fontes históricas permitem identificar gestos, linguagens, comportamentos, enfim, culturas constituídas a partir das representações em torno do livro. Os tipos de livros que circulavam são percebidos nos *róis juntos* aos requerimentos, que eram obrigatórios, mas nem sempre traziam as informações todas sobre os livros portados ou enviados, talvez pelo hábito, talvez tentativas de se driblar a censura.

Portanto, pensar o livro em seu contexto espacial e temporal, implica em investigar as representações que são construídas através deste nesse contexto. Como salienta Robert Darnton: “os historiadores têm tratado em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como ingrediente do acontecimento” (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 15). Os livros, impressos ou manuscritos, foram motivo de transformações ou de restaurações dessa história e como tais, devem alcançar o seu devido lugar.

LIVROS, LUZES E MESAS

Portugal, evidentemente, refletiu a realidade europeia com peculiaridades próprias a cada Reino, mas com semelhanças entre eles em vários aspectos, como o catolicismo, as monarquias e a censura literária, pois desde mais de um século, autores críticos a tais sistemas amedrontavam clérigos e monarcas com suas palavras de liberdade ou de transformação, em favor do melhor exercício religioso ou político. Uma boa definição do contexto do século XVIII é a da “luz” da razão, uma representação criada pelo imaginário de diversos sujeitos nesse século, que se representavam como dotados de racionalidade em detrimento e “apesar da escravidão e superstição” (HOFF, 1995, p. 12), do atraso intelectual de que consideravam a Europa “vítima”.

O conceito de luz vai adquirindo ao longo do século XVIII, um novo e importante sentido. A imagem da luz é, agora sempre solicitada, de todas as vezes que se fala de razão, liberdade ou felicidade, refletindo-se no termo utilizado para definir esse século. (HOFF, 1995, p. 12)

As formas de representação se deram como

pinturas, comportamentos, o desejo de parecer diferente do modelo tradicional do *Ancien Régime*, o seu oposto e ao mesmo tempo o seu pior inimigo:

Iluminismo é o título de uma gravura de Daniel Chodowiecki, fecundo artista alemão do século XVIII. Nela pode ver-se, num primeiro plano, uma carruagem isolada que, atrás de uma caminhante e um cavaleiro, se desloca ao longo de uma estrada campestre, na sombra de uma escura floresta e em direção a uma povoação acastelada, da qual são visíveis, sobressaindo das árvores que as ocultam, uma torre maior e uma mais pequena. A povoação já está mergulhada numa luz clara, vinda do Sol que irrompe por detrás da linha montanhosa do horizonte. Um sol matutino, cujos raios penetram profundamente num céu ainda de alvorada, prestes a dissipar o véu de neblina que ainda paira atrás da povoação. (HOFF, 1995, p. 11)

A alusão feita nessa obra é esclarecedora quanto às intenções de mudanças, de rupturas de pessoas letradas nas mais diversas áreas e localizadas em lugares os mais distantes um do outro. Como a Alemanha, de Chodowiecki, e a Inglaterra, que já no século XVII havia passado por uma das mais importantes turbulências sociais desenvolvidas pelo questionamento ao *status quo* do poder monárquico.

Entre pessoas poderosas e também entre as camadas subalternas da sociedade que participaram da Revolução Inglesa, “as tentativas de vários grupos, formados em meio à gente simples do povo, para imporem as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos dos seus melhores, que os haviam chamado a ingressar na ação política” (HILL, 1987, p. 30). Também a França, da dinastia dos *Bourbons*, e a sua população pobre e faminta diante do luxo dispensado à corte e à família real, contexto em que se levantam escritos e vozes questionando as contradições das instituições políticas e eclesiásticas (não somente aqui). Ibéricos Portugal e Espanha, em seus conflitos por poder e ultramarinos por territórios nas Américas (como os demais países) e não sem críticos das camadas mais pobres da sociedade ao mundo avesso às suas sobrevivências.

As luzes – entendidas aqui não no seu conceito *Aufklärung* da Alemanha ou em *Lumières* da França do século XVIII, mas transmitindo a ideia de questionamento ao quadro social, político e religioso do período e em atitudes tomadas em diversos âmbitos para combatê-lo – nasceram de diferentes lugares nas sociedades europeias, dos círculos de leitura aos becos de vilarejos miseráveis. Tinham como pano de fundo as monarquias absolutas, a Igreja, e privilégios que não de forma simultânea passaram a ser

questionados, satirizados e combatidos na Europa anteriormente ao século XVIII, mas passariam a ser representados pelos que viviam nesse período como a expressão máxima do pensamento racional e das críticas ácidas ao *Ancien Régime*.

Várias foram as maneiras de se representar, e a palavra impressa não deixou de ser um dos ícones da representação do Iluminismo. Desde séculos lia-se, na Europa, os mais diversos gêneros, e a censura, que a Igreja desenvolveu em tempos muito anteriores ao século XVIII, buscava controlar as lembranças e os esquecimentos das pessoas sobre o que era impresso ou circulava em manuscritos, que mesmo assim encontraram sempre “válvulas de escape” para a circulação.

É fundamental “compreender como, nas sociedades do Antigo Regime (...) a circulação da palavra impressa transformou os modos de interação social, permitiu novas formas de pensar e modificou as relações de poder” (DENIPOTI, 2014, p. 149) na contramão das formas de censura as mais diversas. Como observado por Daniel Roche “(...) *Depuis ses origines, c’est un instrument de combat*” (MARTINS, 2005, p. 15) o livro proibido era o

“livro herético, tratado científico ou de filosofia, libelo político ou crônica escandalosa, o “*ferment*” segundo Febvre (MARTINS, 2005, p. 15). Esse aspecto poderia, no entender das autoridades censórias, insuflar revoltas, causar turbulências ou inverter mentalidades religiosas da “verdadeira fé” pretendida pelo poder religioso, que era a “única verdade”.

Além da categoria de livros proibidos, havia, ainda, as *contrafacções* (MARTINS, 2005, p. 14), uma maneira fraudulenta de reproduzir obras proibidas ou não, com o consentimento do autor ou sem a sua convivência, que contribuía para difundir obras as mais diversas, aumentando a circulação diante da sociedade portuguesa e dos órgãos repressores das obras proibidas.

O mercado livreiro não representava aos anseios dos autores das obras proibidas, desejava, antes de mais nada, o lucro. A “economia política da literatura” (CURTO, 2007, p. 206) que representava reformas com relação à circulação de livros e a abertura de um mercado livreiro lucrativo era a contradição do próprio regime político vigente, talvez por isso a censura não tenha “baixado a guarda”, muito pelo contrário, pois se de um lado representava lucro de outro representava um alcance maior de variadas temáticas de leitura a um número bem mais elevado de pessoas que no século anterior. En-

tre essas leituras estavam aquelas que questionavam e combatiam o *status quo* do Antigo Regime.

Os lucros faziam valer a pena o risco que corriam, burlando a censura e desafiando os tribunais portugueses e estrangeiros de censura literária, que garantiam o sucesso das obras que circulavam no subterrâneo, sem a aprovação dos censores, fossem eles do Tribunal do Santo Ofício ou das Mesas Censórias teoricamente civis. Encontra-se aqui uma espécie de colaboração entre o pensamento relacionado à oportunidade de lucrar que se desenvolveu nesse período entre os livreiros e impressores e uma variedade de culturas subversivas como as que nasceram no círculo de *philosophes* ou as desenvolvidas entre as camadas subalternas da sociedade, essas que causaram tanto medo no século XVIII.

Houve uma tentativa de inovação do pensamento no trato das coisas humanas, científicas ou filosóficas, representadas pelos autores e leitores.

Isto pode nos esclarecer sobre realidades difíceis de compreender, por não colocarem de maneira simples, de um lado, a censura e, do outro, a liberdade de escrever. Nas sociedades do Antigo Regime, os poderes de censura não estavam bem diferenciados e as autoridades religiosas e políticas concorriam para assumi-los e exercê-los. (CHARTIER, 1998, p. 35)

No caso português, as autoridades oscilavam entre proibições e condenações. Os deputados responsáveis por dar pareceres divergiam nas suas opiniões, mesmo quando os documentos oficiais demonstravam certo grau de consenso. Essa mesmo, era uma forma de demonstrar uma unidade de opiniões que não existia, talvez, segundo Payan Martins, para parecer um todo coerente diante do espaço público e dos sujeitos envolvidos no mercado livreiro, criar uma imagem de unidade.

A infração nasceu dentro do sistema: foram os intervenientes deste processo de comunicação – precisamente os mesmos a quem couberam as responsabilidades e os louvores da produção e comercialização do livro lícito – que, reunidos numa cadeia de cumplicidade, muito embora estimulados por motivações diversas, arriscaram a transgressão e criaram um mercado marginal de produção e difusão de livros ilegais. (MARTINS, 2005, p. 543)

Os próprios mecanismos de censura, nas relações entre as autoridades mergulhadas no mercado livreiro em expansão, criavam condições de uma relativa impunidade, que encorajava os livreiros a seguirem com seus negócios. Os livreiros, em suas justificativas, quando tinham os seus livros apreendidos e estavam sob interrogatório, sempre busca-

vam colocar o lado financeiro, em relação ao prejuízo que estariam tendo se não pudessem exercer os seus negócios. As autoridades censórias, muitas vezes buscavam puni-los, utilizando-se justamente desse princípio. Apreendiam os livros e não autorizavam a sua devolução. Diante dessa ameaça, esperavam amedrontar os livreiros pelo prejuízo financeiro (MARTINS, 2005, p. 451) o que não surtia efeitos muito satisfatórios.

O livreiro-editor dos séculos XVI, XVII ou XVIII define-se inicialmente pelo seu comércio. Ele vende, além dos livros que ele mesmo edita, aqueles que obtêm por uma troca com seus colegas: ele lhes envia, em folhas não encadernadas, livros que editou e, em troca, recebe os livros dos outros. Pode possuir uma gráfica, ou então fazer com que uma gráfica trabalhe para ele. É, portanto, em torno da atividade de livraria que se organiza toda a atividade editorial. (CHARTIER, 1998, p. 53)

Os livreiros viviam em “exercício permanente de sua inteligência” (MARTINS, 2005,

p. 624), pois precisavam encontrar meios para fazer circular obras lícitas e ilícitas, meios que não fossem flagrados pelas autoridades. No entanto, era muito difícil não ser do conhecimento de autoridades as estratégias de se burlar a censura. Ao passo que, até a metade do século XVIII, houve mudanças nos mecanismos de censura, e as estratégias utilizadas pelos livreiros, autores ou leitores, eram praticamente as mesmas que vinham desde o século XVII. Havia uma “intemporalidade do uso da repetição das mesmas técnicas de fraudes” (MARTINS, 2005, p. 578). Estratégias como as de “lardear”, ou seja, separar folhas de livros proibidos, colocando-as entre livros lícitos em caixotes nos navios a serem verificados nos portos, eram de utilidade havia muitos anos.

Também era prática comum se utilizar de licenças que eram concedidas a pessoas dotas ou eclesiásticas para justificar a presença de obras ilícitas em suas lojas. Quando eram apanhados pela rede da censura, alegavam sempre desconhecimento ou boa-fé de que tais obras podiam circular legalmente naquele Reino, ou mesmo, que se tratavam de obras destinadas a quem possuísse licença especial. Livros de autores estrangeiros que os diplomatas estrangeiros desejassem possuir, por exemplo, tendo em vista que estes tinham licença para isso. Esse aspecto contribuiu também para a circulação ilegal de obras em Portugal. (MARTINS, 2005, p. 96), argumentando que criam na legalidade da obra proibida naquele Reino ou que eram destinados a diplomatas

estrangeiros, que possuíam privilégios de licença para lerem obras proibidas.

Por outro lado, aquele que desejava ver sua obra circulando por interesses ideológicos, também precisava se precaver diante da vigilância e do risco que corria, tanto se fosse habitante de Portugal, como se fosse um português vivendo fora dos limites territoriais da Corte Portuguesa. “Os autores que tentarão viver da sua pena só irão aparecer no século XVIII” (CHARTIER, 1998, p. 38-39).

Um caso emblemático em Portugal foi o de Luiz Antônio Verney, que escreveu em 1746 a obra intitulada *O Verdadeiro Método de Estudar*. Verney, em sua primeira tentativa de publicação, utilizou a estratégia da *fausse-adresse*, a menção de um lugar existente, mas no qual o livro não foi publicado, ou mesmo, um lugar imaginário, pois “se a censura é por demais severa, os textos são impressos fora do Reino” (MARTINS, 2005, p. 44). O autor também utilizou uma outra estratégia comum há tempos entre os autores, um pseudônimo, Padre Barbadinho da Congregação de Itália. Um emblemático exemplo que demonstra como um autor poderia se comportar para ver as suas ideias circulando à bel prazer dos leitores. A obra foi proibida em 1747, por ser “injuriosa à Nação e ofensiva de tantos sujeitos ilustres, sem conter, todavia, doutrina formalmente herética” (MARTINS, 2005, p. 310), dizia o Conselho Geral do Santo Ofício.

Este exemplo que remonta às ditas divergências de autoridades censórias, principalmente no quesito “ser ou não ser herética”, foi um entrave no processo de proibição. A autoria de Verney não foi descoberta, o pseudônimo utilizado “cumpru bem a sua função de máscara protetora da identidade do autor” (MARTINS, 2005, p. 317). A função de um pseudônimo era uma arma dos autores para realmente tentarem parecer aquilo que afirmavam, ou mesmo exercia uma função de provocação, deixando “evidente aos censores que se tratava de um pseudônimo, assim também se procedia com relação à *fausse-adresse*”, como no caso do livro *O Jornalista Couraçado* em que se imprimia no local de publicação “A cem léguas da Bastilha” alardeando o seu estatuto de fora-da-lei (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 53).

Os impressores eram outros sujeitos que justificavam financeiramente o seu envolvimento com o comércio ilegal de livros, pois estes eram muitas vezes passíveis de punições mais severas e precisavam apelar para a necessidade social para tentarem

escapar da rede que os havia capturado. Em colaboração com o autor ou não, o impressor desrespeitava o procedimento legal de uma obra após ter sido censurada e imprimia frases ou tipos que estavam riscados, ou seja, não poderiam conter na segunda impressão (MARTINS, 2005, p. 611-613).

Também os leitores eram atores do teatro do livro:

Poder-se-ia também evocar o contraste que se revelou, no século XVIII, entre leitores de um tipo antigo, que reliam mais do que liam, e leitores modernos, que agarravam com avidez as novidades, novos gêneros, novos objetos impressos - o periódico, o libelo, o panfleto. A clivagem, aqui, remete a uma oposição entre cidade e campo, ou entre gerações (CHARTIER, 1998, p. 92).

A configuração demonstrada por Chartier, remonta, apesar de muitas permanências, a uma característica de ruptura cultural, de aceitação de novas ideias e comportamentos dos leitores que são representados lendo em bosques, em camas, diferentemente daqueles dos séculos anteriores sempre a postos em um escritório, uma sala fechada. Essa nova configuração está estritamente ligada ao livro como protagonista da história, ele se impõe e é autorizado (por mais que combatido pelas esferas autoritárias) culturalmente a fazer parte de momentos cotidianos da vida dos leitores mais abertos a novas leituras.

Os leitores participavam no mercado ilegal, principalmente porque liam obras que eram produto das licenças especiais concedidas a pessoas próximas ou, ao contrário, forneciam livros, tendo licença para ler os proibidos, para pessoas próximas que não possuíam tal licença. Assim, se construía um círculo de colaboração que, no entanto, no caso português, se quebrava no momento do interrogatório por qual categoria fosse colocada diante das autoridades censórias para serem repreendidas.

Os exemplos colocados acima sobre os protagonistas do mercado livreiro, não contemplam a totalidade de estratégias e fraudes, mas eram algumas das técnicas que faziam possível a circulação ilegal das obras proibidas, bem como a sua comercialização. Como o foco na narrativa não é a circulação de obras conhecidamente proibidas, não serão considerados detalhes muito profundos nesse sentido.

No entanto, na documentação analisada é possível notar algumas obras proibidas e outras inclusive suprimidas. A supressão (em sentido metafórico, vale o mesmo que extinção, proibição ou obstáculo moral que suspende e impede o curso ou exercício

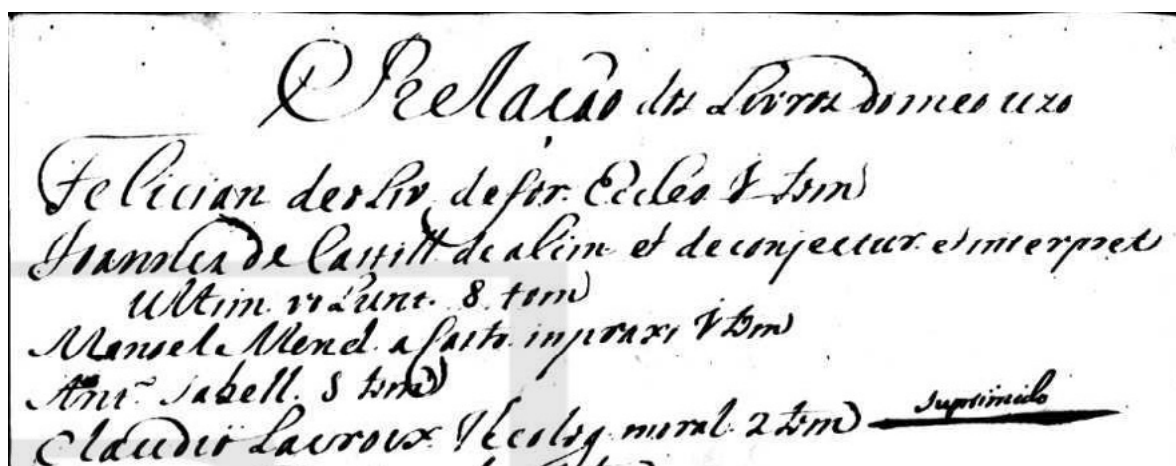
de alguma coisa. BLUTEAU, 1712-1728, p. 795) era o agravamento da pena em relação à proibição. Suprimir significava manter uma obra “na escuridão”, impedi-la de alcançar a “luz pública”. A construção da narrativa enfatiza a circulação de obras lícitas, que são as mais corriqueiras nas fontes históricas em questão, mas há ocorrências de algumas obras proibidas.

Em 1769, Antonio da Costa Agra, advogado na cidade de Braga, requereu junto à Real Mesa:

Diz Antônio da Costa Agra na cidade do Porto, que na alfândega da mesma estão seis caixoenz de livros [?] [?] da cidade de Braga onde o supplicante exerce a ocupação de advogado e li toda a relação inclusa que foi lavrada anexada a publicação do edital q[?] aproximam baixou efeito também para lembrança e por isso não circunstanciada na forma do mesmo edital. Era conformidade da ordem de Vossa Magestade que lá na dita alfândega não é admitida ao supplicante extração[?] e dispensa[?] dos mesmos livros dos quaes não pode formar relação e o levante[?] no mesmo edital, nem fazer remessa dos proibidos, sem que primeiro sejam entregues ao supplicante para o que recorre a Vossa Magestade lhe faça a graça de ordenar ao Juiz da dita alfândega faça entrega [?] [?] [?] supplicante dos ditos livros para deferir de feita dar cumprir ao dito edital e remeter os prohibidos. Pede a Vossa Magestade que lhe façam mandar que o Juiz da Alfândega da cidade do Porto, faça entregar ao supplicante [?] [?] os seis caixoenz de livros transportados da cidade de Braga que são do supplicante (Real Mesa Censória, caixa 149, 1769).

É importante notar que a quantidade de livros, seis caixoenz, caracterizam o advogado de Braga como alguém que portava elevado número de obras, o que não era incomum nas Alfândegas dos portos lusitanos. O seu requerimento evidencia que teve problemas com o Juiz da dita Alfândega, o que o faz recorrer ao edital da Mesa e suplicar que lhe fossem entregues os seus livros. Ocorreu um problema nesse caso:

Imagem 01:



Real mesa Censória, caixa 149, 1769.

Nesse trecho da *Relação dos livros incluza*, é riscado ao lado de uma das obras listadas, *Theologia Moral* (CROIX, suprimido na Mesa em 1769) do autor jesuíta *Claude La Croix*, o habitual *suprimido*, o entrave conferido pelo tribunal à circulação da obra proibida.

No final, acabou se consumando o ato da supressão da circulação desta obra: “Por ordem de Vossa Magestade entrega os livros mencionados no Rol Junto, ficando[?] a obra de La Croix, que se fará remeter aquella Mesa na providência costumada. Mesa, 16 de outubro[?] de 1769” (Real Mesa Censória, caixa 149, 1769).

A condição do autor, jesuíta, justifica, e muito, a supressão do livro. Neste ano já regia a censura a Real Mesa Censória que, inspirada na *Deducção Chronologica e Analytica*, de autoria de José de Seabra da Silva, livro em que os Jesuítas são acusados por todos os erros pelos quais as cortes portuguesas padeciam. Era o retrato do repúdio aos jesuítas por Carvalho e Melo:

Uma das denúncias da *Deducção Chronologica* era a de que os jesuítas mancomunados com a Cúria romana, tinham monopolizado os instrumentos de censura, quando competia ao poder soberano dos príncipes proceder à censura dos livros não religiosos, bem como zelar pela aplicação das multas e penas corporais contra os “impressores, livreiros e mercadores dos referidos livros” (CURTO, 2007, p. 209).

Assim, era comum não circularem à vontade as obras de autores jesuítas. A perseguição a estes marcava uma mudança de orientação no que diz respeito à religião e mesmo à política, pois os membros da Companhia de Jesus, defendiam uma posição contrária ao regalismo (VILLALTA, 1999, p. 25) instituído por Carvalho e Melo em defesa do trono e do legítimo poder do Estado sobre a religião.

Considerado Paradoxo do Iluminismo (MAXWELL, 1996, p. 2), o Secretário de Estado encontrou no livro o Paradoxo da Censura, pois a orientação ilustrada portuguesa entrava em contradição frequente quanto ao que se proibiria e o que fazia parte dos interesses reformistas do próprio Estado português em matéria de iluminismo.

Na medida em que se desenvolveu um aparato censório potencialmente mais eficiente, impressores, livreiros e leitores, todos parte da própria conjuntura social e cultural construída, criaram uma válvula de escape em torno das proibições sobre o livro, criando um mundo paralelo de circulação, tanto de obras ilustradas quanto de religiosas:

“condenada a obra à pena de fogo e posto o seu autor debaixo de vigilância policial, estavam criadas as condições necessárias para que esta se tornasse uma obra de sucesso” (MARTINS, 2005, p. 467). “É possível perceber uma linha fictícia entre dois ‘Portugais’ diferentes, separados por apenas uma década” (TAVARES, 1999, p. 6) e que tem por marco divisor a *Dedução Chronologica e Analytica*: o Portugal de Carvalho e Melo, suprimiu a obra de La Croix através da Real Mesa, e o Portugal que antes aprovou a obra, este um reino que contava com a participação dos jesuítas na educação de seus jovens e no trabalho ultramarino na construção cristã das colônias portuguesas.

O resultado desse “choque de Portugais” foi a ruptura da Corte de Lisboa com a Companhia de Jesus, que ocorreu oficialmente em 1759 e que marcou a condição dos jesuítas para José I: supersticiosos e heréticos.

A proibição da publicação e circulação de livros os colocava assegurados como sucessos editoriais (MARTINS, 2005, p. 432). Por isso, o paradoxo da censura impôs vida difícil aos censores que procuravam o quanto antes suprimir obras que após examinadas eram consideradas “*ímpias, as mais que já viu*” ou “*portadoras de ideias perigosas às mentes mais fracas*” (MARTINS, 2005, p. 457) e foi o eixo que norteou a organização de Portugal em sua defensiva aos livros portugueses e estrangeiros.

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O LIVRO NO CENTRO DO NEGÓCIO LIVREIRO

A cultura escrita desenvolvida no século XVIII luso-brasileiro, criou várias representações em torno do livro. Por meio destas representações, podemos dizer que as tendências teóricas aplicadas ao

“novo estatuto censor” português no século XVIII, foram construídas por meio das próprias representações que faziam, tendo em vista considerar “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177). As práticas constituídas por essa sociedade evidenciam a forma como davam sentido ao livro em suas relações de poder, sociais, políticas e culturais.

O que o livro significava podia ter diversos sentidos em diferentes grupos, porém, todos estes sentidos serem captados e controlados, era a própria representação do que desejava a Coroa portuguesa, materializada nos órgãos censores. Essas representações aqui podem ser abordadas, em dois exemplos, um sobre o livro em si, outro sobre a leitura.

Em primeiro lugar, apesar de hoje termos uma série de representações sobre o livro e a leitura, em cada tempo as pessoas constroem as suas próprias representações sobre esse objeto, “a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) se sustenta como um processo historicamente determinado, cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Sendo assim, a leitura de livros proibidos se tornou uma necessidade progressiva na contramão da tentativa de aumento do controle censor instituída pela Real Mesa Censória.

Neste sentido “os livros proibidos eram os mais caros” (MARTINS, 2005, p. 17), e sustentavam um grande negócio nas brechas da censura,

Excluído das prateleiras visíveis das livrarias [bibliotecas], o livro proibido mereceu sempre um tratamento especial, só comparável aos cuidados dispensados aos livros mais raros e preciosos: salas próprias, estantes fechadas à chave com portas de rede metálica, acesso reservado, leitura condicionada. Esta quase “sacralização” do livro ilícito concorreu para a criação “*d’une mythologie de la bibliothèque interdite*”. (ABRAMOVICI, 1996, p. 7)

O livro proibido era representado como algo quase sagrado, sendo destaque entre os livros, o “livro dos livros”, o meio físico de difusão do que mais despertava a curiosidade, ou o interesse em estar incluído no rol dos que eram “portadores da cultura” desse tempo. Esse aspecto mobilizava tanto impressores e livreiros, como leitores, como se veria adiante nos requerimentos à Real Mesa, para poder se fazer circular essa cultura escrita. Criam-se “dois

universos diferentes, mas complementares – o do livro autorizado e o do livro proibido [...] É fictícia a linha de fratura que se pretendeu traçar entre estes dois mundos” (MARTINS, 2005, p. 19).

Em segundo lugar, as pessoas que fizeram parte desse mundo peculiar, representavam-se como a sua própria relação com o livro se dava esteticamente:

O que mais impressionou o viajante foi “um grande e excelente par de lunetas que trazia encavalitado no nariz, embora não aparentasse ter mais de trinta anos. “O barbeiro executou o serviço, apesar do aparato todo, e serviu de pretexto para reflexões sobre a nobreza local, que, carente de cultura, gostava de portar óculos para dar a impressão de muita leitura. (SCHWARCZ, 2002, p. 66)

A observação do século XVII em Portugal feita sobre a preocupação com “se representar como” (ANKERSMITH, 2012, p. 195), parece ser um indicio de uma característica visível no século XVIII: o desejo de ler ou possuir criou formas de se representar como leitores, no sentido moderno, ilustrados, tanto intelectual como esteticamente.

O interesse sobre a circulação de livros aqui, não está nos catálogos de livros proibidos, mas o trato deles se dá a título de exemplo compreendendo a bibliografia consultada. A documentação permite ver circular os livros lícitos, ou seja, aqueles que circulavam legalmente, sempre sob a vigilância censora, podendo haver algumas

“emendas” ou “mutilações”. Mas, não os considerados mais perigosos, atentando para a documentação que não me permite tratar de tal aspecto, exceto em alguns casos em que aparece um livro proibido em uma das *relações incluzas* pelo menos em algum momento por órgãos de censura. Mas por serem aparições efêmeras não “dão conta” de uma narrativa sobre eles:

Senhora, Diz João Baptista Reycend mercador de livros nesta Corte que ele quer mandar para o Rio de Janeiro os livros do Rol incluzo como não o pode fazer sem licença por tanto, pede a Vossa Magestade que lhe faça mercê de lhe conceder. (Real Mesa Censória, caixa 153, 1796)

João Baptista Reycend, o solicitante acima que mandou em anexo uma lista de livros buscando aprovação para os fazer correr além-mar, entre os quais *Horas de Nossa Senhora diversas Edições*. Ele foi mais um livreiro francês situado em Lisboa e que foi repreendido diversas vezes, sendo obrigado sempre a se justificar e tendo por vezes perdido livros que ficaram encerrados na secretaria dos órgãos cen-

sórios da Real Mesa Censória e Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, na segunda metade do século XVIII. Talvez não seja por acaso, que “Reycend (que visitava entre 1758 e 1787, os grandes editores de Genève, Cramer e Gosse, e encomendava as obras completas de Voltaire), ter acompanhado, em 1808, o exército de Junot, na retirada de Portugal” (CAEIRO, 1980, p. 166). Visavam o lucro, mas precisavam conhecer os gostos literários do público leitor e conheciam de perto aquilo que os atraía enquanto leitura.

Primeiramente, importante notar aqui, que “vários tipos de pessoas, de muitos modos designadas, que com falta de uniformidade utilizam para si próprios as designações dos seus ofícios, dedicavam-se, exclusivamente ou não, à venda de livros. É, portanto, uma questão de vocabulário social” (DOMINGOS, 2000, p. 58). A diversidade de pessoas envolvidas no comércio de livros em Portugal, pode ser confundida em um único termo: Livreiro. Se formando, portanto, categorias que assim podem ser observadas de acordo com Manuela Domingos:

Os Livreiros de corporação, portugueses que exigiam para si os privilégios cabíveis ao seu ofício; os Mercadores de livros, estrangeiros dedicados ao comércio do livro; os Cegos, pertencentes à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, dedicados ao pequeno comércio de papéis volantes, com tenda volante; os Vendedores de livros (volantes) “acusados de serem gente ociosa, de traficarem livros sem as autorizações”. (DOMINGOS, 2000, p. 58-59)

Depois, o que importa, também, é reconhecer que esse terreno que inclui a presença de estrangeiros, e franceses, não foi constituído por acaso. Geograficamente falando, a grande maioria era imigrante de uma região em comum, o Delfinado, mais especificamente o *Briançonnais*, que comportava 51 comunidades no século XVIII.

O comércio de livraria em Espanha e Portugal, como também em muitas cidades de Itália, está totalmente nas mãos de franceses, todos saídos de uma aldeia situada no Vale do Briançonnês, no Delfinado. Estas gentes, activas, laboriosas e extremamente sóbrias, vão sucessivamente para a Espanha e aliam-se entre si (...); não somente o comércio de livrarias está nas suas mãos, mas também o dos mapas geográficos, de estampas, (...) etc. (Biblioteca Nacional de Paris. Manuscrito fr. 22130, p. 37. Apud GUEDES, 1998, p. 23)

Os *laboriosos* briançoneses, entre os quais estava João Baptista Reycend (piemontês de nação), foram se distribuindo por meio da migração para regiões distantes de suas terras natais, situadas em

região montanhosa e de economia pequena, como as comunidades de Monestier e a própria Briançon, capital do Delfinado. Em épocas frias, quase sem nenhuma atividade econômica, partiam para feiras em outras regiões, para exercerem trabalhos de mestre-escola (GUEDES, 1998, p. 43), ensinando a ler e a escrever. Eram de instrução elevada para o período, chegando a taxa de alfabetização a 90% em meados do século XVIII (GUEDES, 1998, p. 40). Também como comerciantes volantes, geralmente autoridades locais em suas comunidades, os *colpou-teurs*, que comercializavam inclusive livros e eram muito respeitados pela sua posição no interior das comunidades briançonesas.

Contudo, foram difamados, ao longo do tempo, principalmente por comerciantes fixos, que tinham os seus negócios prejudicados pela sua presença (GUEDES, 1998, p. 5456). Uma característica, que presumo, possa ser a fonte da forma como eram tratados os vendedores de livros enquanto uma *categoria odiosa*, nos conflitos que ocorriam nas relações do mercado de livros portugueses.

Além da característica cultural de migrações, o século XVIII trouxe a essa população maiores dificuldades econômicas e sociais, sob o reinado de Luís XIV. Ocorreram desintegrações de 32 das 51 comunidades que formavam o “país”, pelo *Tratado de Utreque* em 1713 (GUEDES, 1998, p. 50), potencializando ainda mais as dificuldades financeiras a que estavam expostas. Provavelmente, segundo Fernando Guedes, isso ocasionou um fenômeno de emigrações que está ligado justamente à presença maciça de mercadores de livros franceses em Portugal, principalmente em Lisboa.

É presumível que mantiveram, inclusive, a tradição de coesão social, com negócios inter-relacionados entre famílias briançonesas, casamentos endogâmicos de conveniência que fortaleceram laços de parentesco e os negócios de famílias francesas no estrangeiro.

“É curioso verificar, nos registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos como se encontram frequentemente reunidos num mesmo documento os apelidos da plêiade de livreiros franceses que se notabilizaram em Lisboa (e em Coimbra e Porto) no século XVIII português” (GUEDES, 1987, p. 21). João Baptista Reyceud, o nosso *suplicante* acima, figurava, entre outros franceses, em uma lista de clientes dos Cramer, importantes editores de livros de Genebra no século XVIII (GUEDES, 1987, p. 68), o que configurava o seu negócio como sendo próspero.

Quanto ao livro destacado do *Rol incluzo*, vale lembrar, é uma das obras de caráter religioso que teve a sua circulação proibida em pareceres da inquisição no século XVII, por conter trechos da Bíblia escritos em língua vulgar, uma resistência que permaneceu ainda nos órgãos eclesiásticos no século XVIII lusitano.

Um outro exemplo é a “reformada” obra de Francisco Larraga, constando em uma das *relações incluzas* ao requerimento à censura Tríplice em 1796, obra que, na versão de Madrid, ainda na segunda metade do século XVIII, encontrava-se proibida pela Real Mesa

Censória preocupando-se em evidenciar o imaginário da unidade de ideias no centro da religiosidade católica, a Real Mesa Censória deliberou, em agosto de 1768, “suprimir o *Promptuário de Theologia Moral* do Frei Francisco Larraga, na edição de Madrid, estampada em 1729, com o fundamento de conter uma ‘Moral relaxada e como tal reprovada’” (MARTINS, 2005, p. 139).

Se explica a sua presença no rol liberado para correr pelo fato de em 1784, ter sido examinada novamente após ter sido em 1780 corrigida e emendada por Dom Francisco dos Santos e impresso em Madrid nesse mesmo ano. “Frei José da Rocha foi de parecer que se autorizasse a circulação da edição madrilena de 1780 do *Promptuário de Theologia Moral*” (MARTINS, 2005, p. 139), assim poderia ser apreciada no Brasil nessa ocasião em que Leandro dos Reis Carril, responsável por 14 pedidos entre 1769 e 1807 (ABREU, 2001, p. 8) mesmo não constando como livreiro em muitos estudos sobre comércio livreiro no Brasil e em Portugal, solicitava *mandar* para o Rio de Janeiro livros constantes em uma *relação junta* entre os quais estavam “Larraga-Theologia Moral (LARRAGA, 1780)– Reformada-Madrid [...] Almeyda- Recreação Filosófica, 9 t. [...]” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1796).

Sobre a *Recreação Filosófica* (ALMEYDA, 1786-1800), apesar de também estar inscrita em um rol autorizado a circular, apesar de pesarem algumas convocações para explicação sobre o porte dessa obra, ela poderia estar circulando, sob vigilância atenta, por assentar um caminho que desviasse os leitores dos “perigos” vindos do iluminismo francês:

Em 1751, ano de publicação em França, dos primeiros volumes da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, o oratoriano Teodoro de Almeida lança a *Recreação Filosófica* (1751-1800) com o intuito de divulgar conhecimentos úteis a todas as classes de indivíduos. Desta forma cria uma espécie de matriz alternativa

ao espírito enciclopédico, condensando um vasto leque de saberes, técnicas e ensinamentos filosóficos, expurgados dos perigos ideológicos do projecto francês e expostos por meio de uma engenhosa “fabricação” de situações de aprendizagem ilustrativas e lúdicas. (ARAÚJO, 2003, p. 16)

Essa obra se insere no contexto da ilustração portuguesa no século XVIII, ou do iluminismo católico com se refere Ana Cristina Araújo, e apesar de demonstrar uma alternativa às ideias consideradas mais radicais, “o catolicismo não permanece incólume à crítica” (ARAÚJO, 2003, p. 18).

Não é à toa, que a obra de Almeida encontrou problemas na sua circulação, pois continha ideias que estavam já adaptadas aos ideais filosóficos e de progresso do século XVIII. “Na sessão do dia 15 de setembro de 1774, foi analisada a petição que Bento

Rodrigues Castanheira apresentara, pois, tendo comprado as *Recreações Filosóficas*, ‘a Mesa lhas interceptara’ e porque ‘aquele procedimento não era justo depois de consentir a venda daqueles livros’” (MARTINS, 2005, p. 71). Nesse caso, pode ter ocorrido a corriqueira divergência de opiniões entre os deputados da Mesa, ou mesmo somente um engano. Mas muitas ideias relacionadas a criações literárias deste século, por mais que partissem do interior da instituição eclesiástica, característica que não foi exceção em Almeida, eram passíveis do rigor da censura. Assim, “foi encarregado o Frei José da Rocha de as examinar e de lhes fazer a censura” (MARTINS, 2005, p. 71) da obra de Teodoro de Almeida.

O Brasil teve alguns problemas com relação à desobediência, dos quais vale tomar emprestadas as notas de Fernando Guedes: “Temos notícia do governador da Baía, D. Fernando José de Portugal, que fora admoestado pela facilidade com que naquelas paragens se liam obras proibidas” (GUEDES, 1987, p. 80) e o Bispo de São Paulo, escrevendo para Lisboa em 22 de julho 1774, dizia:

Achei que nesta capitania se não deu cumprimento aos Alvarás de Sua Magestade e aos editais expedidos por essa Real Mesa, que proíbem o uso e retenção de livros por ela reprovados; de sorte que os livros, a que chamamos de Estado, que se não permite licença deles a pessoa alguma, por mais privilegiada que seja, se conservam nas livrarias com muito sossego (...)(GUEDES, 1987, p. 80)

Requerimentos de religiosos ilustrados eram muito frequentes e o envolvimento destes na circulação de livros entre metrópole e colônia foi de fundamental importância. Além disso, como se verifica no caso a seguir, o mundo ilustrado luso-brasileiro, como já foi dito, reformista mas, limitado por inte-

resses tecnicistas próprios de Pombal, com vistas ao desenvolvimento econômico, sem que pra isso, ocorressem transformações radicais na sociedade de privilégios própria do Antigo Regime. O religioso mineiro José Mariano da Conceição Veloso:

Fora para Lisboa em 1790 e lá associou-se a outros brasileiros num projeto de publicação de obras de agricultura tropical e outros trabalhos científicos que pudessem auxiliar o desenvolvimento da colônia. Isso levou o grupo a instalar, em 1800, um prelo e uma fundição de tipos, a “Typographia chalcographica, typoplastica e litteraria do Arco do Cego”, nome derivado do endereço junto aquele arco lisboeta (HALLEWELL, 2005, p. 110).

Antes disso, porém, em 1755, Conceição Veloso requeria à Mesa da época o envio de obras relacionadas ao tema que envolvia o seu projeto de desenvolvimento: “Tratado de agrimensura, 1 volume; Compendio de Theorica de Limites, 1 volume; Grammatica Portuguesa e Inglesa, 1 volume; Analise das aguas das caldas de [Wikeny] 1 volume;

Opúsculos da Aritmética Universal 2 volumes; Vistas do Convento da Batalha 1 volume” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1795). Solicitava que fossem entregues a João Manso

Pereira ou “aquem as suas vezes fizer” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1795) no Rio de Janeiro. Manso é considerado o primeiro químico (autodidata) brasileiro, envolvido principalmente em estudos de mineralogia, o que o incluía então, no projeto organizado por Conceição Veloso.

Em sua grande importância ao mundo do livro, e porque os livreiros, mercadores de livros, impressores, leitores e até mesmo, muitas vezes, os autores terem sido os mesmos, serão abordados os livros proibidos quando possível através de documentos no segundo capítulo. Tais livros serão abordados, assim como algumas formas utilizadas por livreiros ou leitores para portar e fazer circulá-los, bem como as principais estratégias dos censores para tentar desencorajar os “aventureiros” livreiros e mercadores.

Aventureiros, porque eram em sua maioria provenientes da região briançonesa, que como foi visto, tinham por características, redes de solidariedade em épocas de crise, fortalecendo a coesão social e os imigrantes solitários, se distanciavam disso. Por outro lado:

O êxito desse novo e poderoso grupo de livreiros oriundos da França, radicados em Portugal e na Espanha, explica-se pela necessidade que existia de contatos rápidos, diversificados e eficientes com os compatriotas da mesma profissão, pela nova di-

nâmica que possibilitava melhoria de mobilidade e domínio dos informes comerciais e bibliográficos, pelo protecionismo gregário e um tanto chauvinista entre naturais da mesma região falando a mesma língua. (CAEIRO, 1980, p. 148)

Ora, a realidade aventureira contrastava com a coesão sócio comercial do mercado livreiro construído pelos franceses vindos em sua maioria de Briançon, o que despertou dessa forma, mais do que a vontade, a necessidade de criarem essas redes de solidariedade, pois, como dito, esses imigrantes aprenderam desde muito cedo as vantagens de tais redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse universo do “se representar como” entre os livreiros e mercadores, é possível perceber, as relações comerciais que franceses como Reyceud estabeleceram ao longo principalmente do século XVIII em Portugal e outros sujeitos leitores ou mercadores de livros luso-brasileiros e os vestígios da repressão escrita nos requerimentos. Pois tais requerimentos, mesmo que sejam para circular livros lícitos, são produto da censura na sua forma e linguagem. O caminho que percorremos é um pequeno terreno das representações sobre a ilustração portuguesa e a sua contribuição no mundo das luzes europeias no século XVIII. Caminhar nesse terreno é perigoso, pois estamos passíveis de tropeçar em falsas impressões deixadas nos documentos, que se não questionadas, levam ao risco de interpretações erradas sobre esse assunto complexo tão complexo, pois a documentação expressava a vontade dos censores de registrar a tão desejada unidade nas decisões e os, não menos desejados, êxitos na função de defender o reino dos subversivos, de moral relaxada, dos heterodoxos e heréticos.

Os casos abordados acima sobre a circulação de livros entre Portugal e América Portuguesa, são também, uma pequena parte da grande rede que foi construída entre os dois lugares. No entanto, através deles é possível, se ampliarmos a visão, compreender como funcionavam ou não, as formalidades estabelecidas pelas Mesas, principalmente após a criação da Real Mesa Censória.

As redes de solidariedade criadas entre os livreiros franceses em Portugal, tiveram, como se viu no caso Reyceud, mas que envolve na documentação, outras famílias de livreiros, como a Viúva Bertrand e Filhos, participação no trânsito de livros que circu-

laram para a América Portuguesa e que formaram uma cultura escrita brasileira do século XVIII e início do XIX. Não é possível então, perceber toda a cadeia de eventos e as ações dos sujeitos envolvidos nesses casos, mas é possível analisar vários aspectos da cultura lusobrasileira e a tentativa de se caminhar na contramão da ordem estabelecida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICI, Jean-Christophe. **Le livre interdit**. Paris, Payot et Rivages, 1996.

ABREU, Márcia. **Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX** – comunicação - IEL-UNICAMP. Campinas-SP, 2003.

ALMEYDA, Teodoro de. **Recreação filosófica, ou diálogo sobre a Filosofia Natural**, Lisboa: Regia Off. Typografica, 1786-1800.

ANKERSMITH, Franklin Rudolf. Representação e referência. In: **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das luzes em Portugal**. Livros Horizonte: Lisboa, 2003.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e latino**. 1712-1728. *Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728*.

CAEIRO, Francisco da Gama. **Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins do setecentos e no primeiro quartel do século XIX**. *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, vol. 35, 1980, p. 139-168.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. 1ª ed. Quarteto Editora: Coimbra, 2001.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador: Conversações com Jean Lebrun**/ Roger Chartier; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes — São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Revista Estudos Avançados** 11 (5), 1991, p.173-191.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita: séculos**

XV a XVIII. - Diogo Ramada Curto, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CROIX, Claude la. **Theologia Moral.** Suprimido no edital da Real Mesa Censória de 24 de julho de 1769. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (org.). **Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800.** São Paulo: Edusp, 1996.

DENIPOTI, Cláudio Luiz. O embaixador, o livreiro e o policial: circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.129-150, jan. / abr. 2014.

DOMINGOS, Manuela D. **Livreiros de Setecentos.** Manuela D. Domingos. – 1ª ed. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

GUEDES, Fernando. **O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII e XIX).** Ed. Verbo: Lisboa e São Paulo, 1987. GUEDES, Fernando. **Os livreiros franceses em Portugal no século XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história.** Academia Portuguesa de História, 1998.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua História/** Laurence Hallowell; [trad.de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]– 2ª ed. rev. e ampl.– São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** / Christopher Hill; tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. – São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HOFF, Ulrich Im. **A Europa no século das luzes** ____ (Org.) Jaques Le Goff- Construir a Europa/ Tradução de Maria Antónia Amarante; 1ª ed.; Editorial Presença: Lisboa, 1995.

LARRAGA, Francisco. **Promptuário de la Theologia Moral.** Madrid, imp. Manuel Martín, 1780. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII.** Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia. G.C.: Coimbra, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

SILVA, José de Seabra da. **Dedução Chronologica e Analytica.** – em Lisboa: na oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista de História**, São Paulo, 46 (94), 1973, p. 441-457.

TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**, vol. 13, nº 37. São Paulo, set. / dez. 1999.

VERNEY, Luis António. **O verdadeiro metodo de estudar para ser util à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal.** / exposto em varias cartas, escritas polo [sic.] R. P. *** Barbadinho da Congregasam de Itália, ao R. P. ** * Doutor na Universidade de Coimbra; Tomo primeiro [- segundo]. – Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa.** 442f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo- USP: São Paulo, 1999